

NESTA EDIÇÃO

**Matrículas abertas para os cursos da EPC
Abrasca – Contabilidade e Tributação, 2**

RFB divulga IN 1754, que regulamenta o PERT, 2

**Evolução dos investimentos das maiores empresas
não financeiras do país – Nota CEMEC 07/17, 2**

Notas S&C, 3

Magazine Luiza: destaque de valorização

Petrobras: parceria com chinesa CNPC

Itaú: crédito para compra de automóveis

Embraer: jatos para a American Airlines

Cosan: expansão de subsidiária

Semana no Congresso, 4

Expediente

Sistema de Informação Abrasca às Companhias Abertas - SIA & CIA é editado pela Associação Brasileira das Companhias Abertas, São Paulo: Av. Brig. Luis Antônio, 2504 - Conj 151 - CEP 01402-000 - tel e fax (11) 3107-5557; Rio de Janeiro: Rua da Conceição, 105 - Salas 1304 e 1305 - CEP 20051-011 - tel (21) 2223-3656 - www.abrasca.org.br - abrasca@abrasca.org.br

Alfried Karl Plöger - Presidente; Frederico Carlos Gerdau Johannpeter - 1º Vice-Presidente; José Salim Mattar Junior - 2º Vice-Presidente; Maurício Perez Botelho - 3º Vice-Presidente;

Antonio D. C. Castro, Guilherme Setubal Souza e Silva, Henry Sztutman, João Roberto Massoco Júnior, Luiz Serafim Spínola Santos, Maria Isabel Bocater, Morvan Figueiredo Paula e Silva, Paulo Cezar Aragão - Diretores.

Eduardo Lucano da Ponte - Presidente Executivo; Ivanildi Lustosa de Sousa Augusto - Supervisora Financeira

É permitida a transcrição das matérias, desde que citada a fonte. Solicita-se a remessa de um exemplar da publicação.



Educação Profissional
Continuada da Abrasca

Contabilidade · Tributação

*Des*ENVOLVENDO EXPERTS

Matrículas abertas para os cursos da EPC Abrasca - Contabilidade e Tributação

40 pontos de Educação Profissional Continuada do CFC

Estão abertas as matrículas para os cursos da EPC **Abrasca** – Contabilidade e Tributação – sobre IFRS 3, IFRS 9, IFRS 15 e IFRS 16, que serão realizados em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, no final do mês de novembro e início do mês de dezembro de 2017.

Acontecerão também, nas mesmas cidades os Workshops “Melhores Práticas de Elaboração das Peças Contábeis de Cias Abertas: Demonstrações Financeiras” que serão realizados nos dias: 05/12/17 (Belo Horizonte), 07/12/17 (São Paulo) e 12/12/17 (Rio de Janeiro).

Todos os seminários e cursos da EPC **Abrasca** contam com pontuação do programa de educação profissional continuada do Conselho Federal de contabilidade, obrigatório para os seus profissionais.

Contamos em nossos seminários e cursos com os maiores especialistas em contabilidade e tributação. Nos workshops já estão confirmadas as participações dos professores **Eliseu Martins, Natan Szuster e Ricardo Lopes Cardoso**, diretor da Vale, **Murilo Muller**, do Controller da 99, **Álvaro Soncini**, entre outros palestrantes renomados.

Os cursos possuem dinâmica inovadora, além de aulas conceituais, com a utilização de exemplos práticos de implantação contábil e tributária nas companhias. Nossa robusta rede de relacio-

namento nos permite oferecer os melhores palestrantes da área de contabilidade e tributação: executivos de empresas, sócios de firmas de auditoria, advogados, representantes de entidades governamentais ou mercado financeiro.

O envolvimento e o desenvolvimento de experts já se inicia na escolha dos temas, realizada pelos próprios participantes. Fornecemos conteúdo sempre atual e necessário para conhecimento dos profissionais que atuam nas áreas de contabilidade e tributação.

Participe dos cursos e workshops da EPC Abrasca! Envolver e desenvolver experts está em nosso DNA.

Para maiores informações sobre os cursos e workshops da EPC **Abrasca**:

Rio de Janeiro e outras localidades:
0800 0155 800
Jacqueline Bayer:
comercial.14.epc@abrasca.org.br
Renata Jorge:
comercial.15.epc@abrasca.org.br

Belo Horizonte:
(31) 2122 3237
Aline Matos:
comercial.16.epc@abrasca.org.br

São Paulo:
(11) 3107 5557 / 96292 8679 / 98749 1773
Nilson Junior:
nilsonjunior@abrasca.org.br

www.abrasca.org.br/eventos/epc

RFB divulga IN 1754, que regulamenta o PERT

A Receita Federal divulgou no dia 31 de outubro a Instrução Normativa RFB nº 1754, que altera a Instrução Normativa RFB nº 1.711, de 16 de junho de 2017, que regulamenta o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert).

Acesse em <https://goo.gl/fcXafC>.

Evolução dos investimentos das maiores empresas não financeiras do país – Nota CEMEC 07/17

O CEMEC – Centro de Estudos de Mercado de Capitais divulgou a Nota 07/2017, que traz um estudo atualizado sobre a evolução dos investimentos das maiores empresas não financeiras do país e a identificação de alguns dos principais fatores condicionantes de sua evolução, com destaque para a relação entre a taxa de retorno do capital investido e o custo do capital. Todos os indicadores utilizados na análise são obtidos da consolidação de balanços de uma amostra constituída de 319 companhias de capital aberto e 421 das maiores empresas fechadas.

a. a amostra reflete o desempenho de empresas de grande porte, que podem não refletir a situação de pequenas e médias empresas;

b. embora análises anteriores do CEMEC mostrem a importância da taxa de retorno corrente na decisão de investir, vários outros fatores certamente são relevantes, tais como expectativas de crescimento da demanda, nível de utilização de capacidade, incerteza política, entre outros.

Entre as principais conclusões destacam-se:

1. Investimento: nas companhias abertas, os dados de investimento do período anual terminado no segundo trimestre de 2017 (2T2017) mostram a primeira reversão da queda ocorrida desde 2010, atingindo 2,7% do PIB; embora ainda distantes do nível de 2010 (7,1% do PIB) representam considerável recuperação do valor negativo atingido em 2016 (-0,3% do PIB); nas empresas fechadas o último dado, de 2016, ainda registra queda em relação a 2015.

Investimentos das Cias Abertas (com Petrobras, Eletrobras e Vale) e Maiores Fechadas - em % do PIB

| | Abertas | Maiores Fechadas | Abertas + Fechadas |
|------|---------|------------------|--------------------|
| 2005 | 4,5 | 1,8 | 6,3 |
| 2006 | 6,8 | 1,4 | 8,3 |
| 2007 | 5,5 | 1,9 | 7,3 |
| 2008 | 8,4 | 1,8 | 10,2 |
| 2009 | 5 | 1 | 6 |
| 2010 | 7,1 | 1,5 | 8,6 |
| 2011 | 6 | 1,3 | 7,3 |
| 2012 | 5,7 | 1,2 | 6,9 |
| 2013 | 3,5 | 1,2 | 4,7 |
| 2014 | 2,9 | 1,7 | 4,7 |
| 2015 | 3,7 | 1,2 | 4,9 |
| 2016 | -0,3 | 0,7 | 0,4 |
| 2017 | 2,7 | - | - |

2. Taxa de retorno do capital próprio (ROE) versus taxa SELIC ex-IR:

No período de 2005 a 2011, o prêmio de risco do investimento de recursos próprios em empresas não financeiras em relação à aplicação em títulos públicos (SELIC) era positivo e superior a 6 pontos percentuais ao ano e favorecia a decisão de investir na empresa, período em que coincidentemente as taxas de investimento são as mais elevadas. A partir dessa data, acentuada queda do retorno (ROE), que atinge valor negativo em 2015, coincide com a elevação do custo de capital

próprio, gerando um “prêmio” de risco negativo da ordem de mais de 16 pontos percentuais ao ano em 2015 e um forte um desestímulo ao investimento. Os dados de 2016 e do ano terminado em 2T2017 mostram uma reversão na direção positiva, embora o prêmio de risco ainda continue no terreno negativo. Uma vez mantida a redução do custo de oportunidade (SELIC) e realizadas as expectativas de mercado de alguma recuperação do crescimento da demanda, caminha-se para uma configuração mais favorável à retomada do investimento.

Retorno sobre Capital Próprio (ROE) das Cias Abertas (com Petrobras, Eletrobras e Vale) e SELIC ex IR

| | Abertas | SELIC média no ano ex IR |
|---------|---------|--------------------------|
| 2005 | 21,2 | 16,3 |
| 2006 | 19,9 | 13 |
| 2007 | 19,9 | 10,2 |
| 2008 | 17,2 | 10,5 |
| 2009 | 14,9 | 8,6 |
| 2010 | 16,8 | 8,3 |
| 2011 | 13,3 | 9,9 |
| 2012 | 7,1 | 7,3 |
| 2013 | 6,6 | 7 |
| 2014 | 2,9 | 9,2 |
| 2015 | -5,6 | 11,4 |
| 2016 | 4,3 | 12 |
| 2017 2T | 3,7 | 10,3 |

Acesse a íntegra da Nota CEMEC 07/17 no link <https://goo.gl/qzhEg8>.

Notas S&C

Magazine Luiza: destaque de valorização

O estudo da Economática com mais de 5.000 empresas listadas nos EUA e seis países da América Latina coloca a Magazine Luiza como a ação mais valorizada no acumulado de 2016 até outubro de 2017: 3.359%. Se destacaram também neste período a Via Varejo (723,5%); Usiminas (588,8%) e Gol (554,9%). A base de dados da Economática cobre 5366 empresas listadas nas bolsas dos Estados Unidos e seis países da América Latina. O Brasil é o sexto país com maior número de empresas listadas nos EUA com 26 empresas.

Petrobras: parceria com chinesa CNPC

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, informou que está sendo negociada uma parceria estratégica com a chinesa CNPC para a conclusão das obras da refinaria do Comperj, no Estado do Rio de Janeiro, onde já foram investidos US\$ 13 bilhões. As obras foram paralisadas após o escândalo de corrupção investigado pela operação Lava Jato.

Itaú: crédito para compra de automóveis

O presidente-executivo do banco, Candido Bracher, em teleconferência com analistas, disse que a instituição está pronta para voltar a aumentar a concessão de crédito a pequenas e média empresas e para compra de automóveis. Há cinco anos o Itaú vinha reduzindo a participação nestes segmentos.

Embraer: jatos para a American Airlines

A Embraer assinou contrato com a American Airlines para o pedido firme de 10 jatos E175, com valor de US\$ 457 milhões. A venda e será incluído na carteira de pedidos do quarto trimestre, informou a empresa brasileira no dia 31 de outubro. As entregas do novo pedido começarão em 2018 e seguirão até meados de 2019.

Cosan: expansão de subsidiária

A empresa de combustíveis Cosan informou que o Conselho de Administração aprovou o plano de expansão de sua subsidiária Comma Oil, por meio da compra da britânica WP Group Fuels por 40 milhões de libras, acrescido de eventuais ajustes de preço.

Semana no Congresso

Segue a pauta das atividades legislativas da Câmara e do Senado selecionada pelo associado **Souza, Cescon, Barriou & Flesch Advogados** para a semana de **06 a 10 de novembro de 2017**:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário

O Plenário da Câmara dos Deputados pautou para esta semana as seguintes proposições legislativas:

- **Desenvolvimento de Projetos, Concessões e Parcerias Público-Privadas.** O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá, em turno único, a Medida Provisória nº 786/2017 que trata da participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas, altera a Lei nº 11.578, de 26 de novembro 2007 (Lei que trata da transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC) e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012 (Lei que cria a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF). **Acesse em:** <https://goo.gl/nWSKhP>.

- **CFEM.** O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá, em turno único, a Medida Provisória nº 798/2017 que trata da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). **Acesse em:** <https://goo.gl/43ork1>.

- **Código de Mineração.** O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá, em turno único, a Medida Provisória nº 790/2017 que dispõe sobre o regime especial para exploração e aproveitamento das substâncias minerais. **Acesse em:** <https://goo.gl/KnTZqB>.

- **Agência Nacional de Mineração.** O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá, em turno único, a Medida Provisória nº 791/2017 que cria a Agência Nacional de Mineração (ANM) e extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). **Acesse em:** <https://goo.gl/sjPG3z>.

Comissões

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (“CDEICS”)

A CDEICS no dia 8 de novembro, às 9h30min, realiza reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes temas:

- **Contratos de Compra e Venda a Prazo.** O Projeto de Lei nº 2.019/2015 regulamenta a atividade econômica de comercialização de produtos e serviços por meio de Contratos de Compra e Venda a Prazo para (i) entrega futura do bem ou prestação do serviço negociado, com pacto adjecto de desoneração das parcelas vincendas, (ii) fixa requisitos para funcionamento das empresas nacionais atuantes no segmento, em todo o território nacional, e (iii) estabelece normas de proteção aos consumidores. O relator desse projeto é o Dep. Cezar Souza (PSD-SC). **Acesse em:** <https://goo.gl/oNhNwU>.

- **Registro de Marcas e Patentes –** O Projeto de Lei nº 3.406/2015 altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial), para definir prazo máximo para o exame de pedidos de registro de marcas e de patentes. O Dep. Laércio Oliveira (SD-SE) é o relator deste projeto. **Acesse em:** <https://goo.gl/ya9fdU>.

- **Responsabilidade Solidária – Administrador de Shopping.** O Projeto de Lei nº 2.305/2015 atribui responsabilidade solidária por descumprimento da legislação que disciplina a oferta e as formas de afixação de preços para o consumidor à entidade responsável pela administração de shopping center, centro de compras ou local de comércio assemelhado, e dá outras providências. O relator desse projeto é o Dep. Lucas Vergílio (SD-GO). **Acesse em:** <https://goo.gl/95DT8K>.

Comissão Especial do Projeto de Lei nº 2.303/2015 – Moedas Virtuais

- **Audiência Pública. Moedas Virtuais.** A Comissão Especial realiza audiência pública no dia 8 de novembro, às 14h30min, para debater o PL 2.303/2015 que trata da inclusão das moedas virtuais e programas de milhagem aéreas na definição de “arranjos de paga-

mento” sob a supervisão do Banco Central. Foram convidados os Senhores Paulo Binicheski (Primeira Promotoria de Defesa do Consumidor - PRODECON do Ministério Público), Spencer Toth Sydow (Doutor em Direito pela USP), Wisley Salomão (Delegado da Coordenação de Repressão aos Crimes contra Consumidor, a Ordem Tributária e a Fraudes - CORF da Polícia Civil do DF), a Senhora Ana Carolina Pinto Caram Guimarães (Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor) e um representante do Ministério Público.

Comissão de Defesa do Consumidor (“CDC”)

- **Audiência Pública. Recuperação Judicial da Oi.** A CDC realiza no dia 8 de novembro, às 14h30min, audiência pública para debater a recuperação Judicial da operadora de telefonia Oi. Foram convidados os Senhores Carlos Manuel Baigorri (Superintendente-executivo da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel), André Müller Borges (Secretário de Telecomunicações do Ministério de Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações), Raimundo Carreiro (Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU), Carlos Eduardo Monteiro de Moraes Medeiros (Diretor de Regulamentação e Assuntos Institucionais da Oi), e Luís Antônio Souza da Silva (Coordenador-Geral do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Rio de Janeiro - Sintel Rio).

Comissão Especial do Projeto de Lei nº 3.139/2015 – Seguros Privados

- **Audiência Pública. Seguros Privados.** A Comissão Especial realizará no dia 9 de novembro, às 9h30min, audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.139/2015 que trata do Sistema Nacional de Seguros Privados, regula operações de seguros e resseguros. Foram convidados o Senhor Armando Vergílio Dos Santos Júnior (Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada, das Empresas Corretoras de Seguros e Resseguros – FENACOR), as Senhoras Ana Carolina Pinto Caram Guimarães (Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – Secretaria

Nacional do Consumidor - Senacon - Ministério da Justiça) e Ana Rita Petraroli (Presidente da Seção Brasileira da Associação Internacional de Direito de Seguros – AINDA) e representantes do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização – CNSEG e Federação Nacional de Seguros Gerais – FENSEG.

NOVOS PROJETOS DE LEI

Abaixo seguem novas proposições legislativas protocoladas no Congresso Nacional na semana passada, e que podem impactar a esfera privada.

Câmara dos Deputados

• **Procedimentos Administrativos.** O Projeto de Lei nº 8.970/2017 dispõe sobre a desburocratização de procedimentos administrativos. **Acesse em:** <https://goo.gl/rkRZMn>.

• **Jogos de Azar.** O Projeto de Lei nº 8.972/2017 revoga o Decreto Lei Nº 9215 de 30 de abril de 1946 que proíbe a prática ou exploração de jogos de azar em todo o território nacional. **Acesse em:** <https://goo.gl/wpbkdc>.

• **Contratação de Pessoas com Deficiência.** O Projeto de Lei nº 8.977/2017 altera o art. 24, inciso XX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de licitações), a fim de disciplinar a hipótese de licitação dispensável na contratação de associação de pessoas com deficiência. **Acesse em:** <https://goo.gl/pqeHpA>.

• **Medicamentos.** O Projeto de Lei nº 8.990/2017 altera a Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014 (Lei que trata do exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas) para dispor que as clínicas e consultórios que mantêm estoque de medicamentos para serem usados exclusivamente em exames estarão dispensados da exigência de assistência técnica de farmacêutico habilitado para seu funcionamento. **Acesse em:** <https://goo.gl/a5ndvT>.

• **Posse e Ocupação Urbana.** O Projeto de Lei nº 8.999/2017 trata do registro de reconhecimento de posse e de ocupação urbanas no Registro de Títulos e Documentos. **Acesse em:** <https://goo.gl/xnHdgh>.

• **Renúncias Fiscais.** O Projeto de Lei Complementar nº 436/2017 acrescenta à Lei de Responsabilidade Fiscal prestação de contas das renúncias fiscais.

Acesse em: <https://goo.gl/z3sMxq>.

Senado Federal

• **Cancelamento de Precatórios.** O Projeto de Lei do Senado nº 417/2017 altera a Lei nº 13.463, de 2017 (Lei que trata dos recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor federais), para estabelecer que a instituição financeira informará previamente aos tribunais e juízes de execução o cancelamento do precatório ou RPV, a fim de que o titular do direito creditório possa se manifestar. **Acesse em:** <https://goo.gl/42axVH>.

• **Transporte Remunerado Privado.** O Projeto de Lei do Senado nº 421/2017 regulamenta limite máximo de comissão cobrada pelas empresas de transporte remunerado privado individual. **Acesse em:** <https://goo.gl/cqCpVJ>.

• **Taxistas. Benefício Tributário.** O Projeto de Lei do Senado nº 430/2017 altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 (Lei que altera o Imposto de Renda), para conceder benefício tributário temporário aos taxistas. **Acesse em:** <https://goo.gl/gz29yT>.



27 de novembro de 2017



Teatro do Renaissance São Paulo Hotel
Alameda Santos, 2.233, São Paulo - SP

SAVE THE DATE

Reserve sua agenda no dia **27 de novembro** próximo.

Em breve enviaremos informações completas para sua inscrição.